

COMUNICAÇÃO AO I COLOQUIO INTERNACIONAL
AMERICA LATINA/AFRICA SOBRE O TEMA

"NOVA ORDEM INTERNACIONAL E PERS
PECTIVAS DAS RELAÇÕES SUL-SUL"

Por JOSÉ ARMANDO DUARTE

República de Cabo Verde

*Chief do Departamento de
Africa, Asia e Oceania do Ministério
dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde.*

Rio de Janeiro, de 1 a 5 de Agosto de 1983

- = 0 = -

F
649

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS
BIBLIOTECA

F

649

OBSERVAÇÕES

TODAS AS IDEIAS EXPOSTAS NA PRESENTE
COMUNICAÇÃO SÃO DA INTEIRA RESPONSA-
BILIDADE PESSOAL DO AUTOR DO TRABA-
LHO

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Ao tentarmos abordar por ocasião do I Colóquio Internacional América Latina/Africa, nesta breve comunicação, o sub-tema a "*Nova Ordem Internacional e as Perspectivas das Relações Sul-Sul*", integrado na proposta de tema "Relações Internacionais no Contexto América Latina - Africa, propomo-nos, em síntese rápida, e situados no âmbito da vasta acção já desenvolvida e fertilizada por esforços de vária ordem pelos Movimentos e Organizações Inter-Governamentais e Não-Governamentais, chamar a atenção de todos os ilustres Convidados presentes para a situação de impasse que, de momento, se nos configura de difícil contorno no actual contexto da correlação de forças e dos interesses político-económicos, amplamente agravado pela crise económica mundial e, doutro modo, com os dados de que pudemos dispôr, em período tão escasso de pesquisa, caracterizar, associado à propositura do tema, o processo de desenvolvimento de Cabo Verde, geopoliticamente situado na área dos países menos avançados (PMA).

As disparidades existentes e que ainda persistem ao observarmos a realidade económica do mundo de hoje, corporizam um feixe de problemas que irão caracterizar e marcar, inevitável e indelévelmente, as relações internacionais nesse fim do século e bem assim as preocupações políticas maiores do nosso tempo. Ao visualizarmos esse enfoque pragmático do tema, objectivamos pôr de parte qualquer ideia de fazer história da filosofia política na qual se alicerça todo esse ideal de transformação das relações internacionais e a vasta organização estruturada e toda a acção desenvolvida até ao presente, centrando, intencionalmente, a nossa atenção na tentativa de busca de algo que possa contribuir para se tornar mais operativa a Nova Ordem Internacional. Procuraremos juntar oportunamente, alguns dados da experiência cabo-verdiana nesse domínio.

2. NECESSIDADE DE OUTRAS FORMAS DE LUTA NO SENTIDO DE SE TORNAR
MAIS OPERATIVA A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

2.1. Os três mundos em contraposição

Por mais que possa parecer aos olhos dos ilustres presentes um conceito primário, comecemos por caracterizar de forma simples os três mundos para que mais adiante possamos travejar a nossa análise com conceitos do estado de necessidade de um certo tipo de luta, de vez que o ser humano atinge e as nações ressentem (aquelas de vocação universalista), que a humanidade, como um todo que se quer salvar, só poderá evitar uma catástrofe sem precedentes, se numa atitude política de gradual compreensão e transcendente sentido de vida em comum, concluir pela aceleração do desenvolvimento real do Mundo como um todo, obviando o estabelecimento, efectivo, de uma Nova Ordem Internacional, isto é, numa primeira fase tendência claramente definida para o ressurgimento de um só mundo — uma conjugação equilibrada de todos os processos de desenvolvimento que signifique, ao mesmo tempo, uma constante contra o atraso económico, social, cultural, tecnológico e de dependência, esta tomada como dominação ou exploração do exterior nas suas diversas formas coloniais ou neocoloniais.

O Terceiro Mundo é, realmente, um facto, uma situação que existe caracterizado pelo estágio de evolução da maior parte das nações do globo, com suas áreas territoriais politicamente definidas, mas é bom observar que o "Terceiro Mundo", como situação política, económica e sócio-cultural, igualmente, coexiste como estágio de evolução de determinadas faixas humanas, de grandeza variável, no seio dos próprios países industrializados e desenvolvidos e de economia de mercado (Primeiro Mundo) ou, ainda, num diapasão diferente, nos países de economia centralmente planificada, os socialistas, considerando separadamente a URSS, o conjunto Europeu e o conjunto Asiático (Segundo Mundo).

O que nos parece caracterizar, igualmente, os grandes "Blocos" em relação ao Terceiro Mundo ou os Países que consubstanciam o Movimento dos Não Alinhados, é precisamente uma atitude indiferente e monolítica de preservação absoluta e constante das vontades políticas próprias de cada "Bloco" no relacionamento entre si e de cada um deles em relação ao Terceiro Mundo, o que tem dado origem a que, no mundo, ao lado da "Verdade Política" que conduz ao Bem da Humanidade, surgissem outras tantas "verdades", que cada um procura impôr ou transferir de modo directo ou veladamente, segundo o jogo dos interesses económico-políticos de cada circunstância, servindo quase sempre seus próprios objectivos.

Nesta luta de interesses ainda sem tréguas é gigante e complexo o esforço dos Países Não Alinhados para manterem incólume a sua independência política, mesmo tendo em linha de conta possíveis convergências, identidades ou aproximações de filosofias ou princípios políticos em relação a opções exógenas. É que a mais telúrica e profunda "Verdade Política", na medida em que política possa ser entendida como materialização de formas superiores de intenções humanitaristas, emana do terceiromundismo porque cada país em vias de desenvolvimento, pretendendo estabelecer um equilíbrio global, está na encruzilhada da espera de ser beneficiário de uma justa transferência de valores capazes de garantir a transformação do homem do nosso tempo de sujeito passivo das relações internacionais, em cultor integral do seu próprio destino.

Enquanto persistirem esses comportamentos e este estado de coisas que significam as recomendações e os apelos das organizações internacionais, seja de que natureza forem? Pensamos que pela via das reuniões, conferências, simpósios e todas outras formas de contacto internacionais possíveis, poder-se-á manter um estado de alerta permanente e o rastreio de todas as situações, mas

voltamos a perguntar o que interessa, no âmbito das perspectivas de objectivação, a consciência dessas mesmas situações e a sua constatação inconcussa se, até agora, não têm sido avançadas senão recomendações ou apelações mesmo da parte de instituições internacionais com algum poder decisório? Torna-se necessário, pois, para além da luta das ideias e das convicções, que algo se faça que possa materializá-las ou que abra vias palpáveis para a concretização das mesmas.

2.2. Necessidade de intensificação das relações Sul-Sul a partir de uma nova linguagem de contactos e intercâmbios

Pensamos que existem suficientes desequilíbrios entre os países em vias de desenvolvimento, em diferentes estádios de evolução, que estamos certos, poderão permitir a transferência de valores daqueles mais avançados, porquanto são a partir de um intenso relacionamento em todos os domínios, poder-se-á vislumbrar o estabelecimento de um certo equilíbrio incontestavelmente benéfico e gerador de importantes forças de revitalização de cada processo de desenvolvimento.

Esse intercâmbio horizontal não deverá significar nunca simples conquista de mercados ou pretexto para criação de áreas de influência da parte dos países tecnologicamente mais avançados em detrimento daqueles menos evoluídos: antes deverá permitir a mútua expansão, adentro do moderno conceito de desenvolvimento, visando sempre os fins últimos que estão na base do estabelecimento integral de uma Nova Ordem Internacional.

Afigura-se-nos decisiva esta importante etapa do processo de desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento no seu relacionamento horizontal, sobretudo com os países menos avançados.

Para intensificação e racionalização desse relacionamento julgamos indispensável que se estude a ideia de institucionalização de uma Associação Sul-Sul de Estados em Vias de Desenvolvimento que, no futuro, seria responsável pela revitalização, a partir, inicialmente, de inquéritos das estruturas económico-sociais de cada país membro, do processo de desenvolvimento e da implementação, para além de outras medidas pertinentes, das condições indispensáveis para o cumprimento da Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, em consonância com os mais profundos anseios dos países do Terceiro Mundo e dos objectivos visados com o estabelecimento de uma Nova Ordem Internacional.

Um dos objectivos fundamentais da Associação preconizada seria a racionalização e o desenvolvimento da acção das Comunidades Económicas Regionais e Sub-Regionais, em todas as suas formas e projectos e o relacionamento inter-Continental das suas actividades e objectivos.

Porém, convém aqui assinalar que, uma certa dose de realismo levará à conclusão de que a actual dependência do Terceiro Mundo cria limites à cooperação horizontal e que esta precisa desenvolver-se contra esses limites e apesar deles.

Nessa ordem de ideias, tem-nos chamado a atenção o relacionamento África/Brasil, um excelente quadro das vantagens e limitações do diálogo Sul-Sul. O conteúdo autónomo desse relacionamento, ou seja, a cooperação Sul-Sul paralela ao relacionamento Norte-Sul, tem o seu campo delimitado pela estrutura política e económica dos países envolvidos mas, dentro dessas limitações, existe uma vasta área a ser explorada com benefícios para ambas as partes.

Não se pode negar que os limites dessa relação são qu foram fi xados por factores exógenos. Quando se estuda os países do Terceiro Mundo, o con

ceito de dependência é marcante, em qualquer etapa do seu processo histórico e é um factor de estímulo ao relacionamento Sul-Sul. Mas esta própria dependência, que adquire conotação específica em cada país, vai estabelecer até que ponto a cooperação horizontal pode ser desenvolvida. Este condicionamento tem aspectos económicos, culturais, políticos e ideológicos. A influência, a dominação e a exploração não foram exercidas de forma idêntica e, em cada caso, a evolução histórica trouxe consequências, em alguns aspectos, semelhantes, e, em outros, inteiramente diversas.

Não obstante esses obstáculos, assinalamos aqui o empenhamento do Brasil no que concerne aos problemas africanos e ao futuro da África e pensamos que os africanos e latino-americanos do mundo de hoje têm uma pesada responsabilidade na busca dos melhores caminhos, aqueles que conduzam ao processo de desenvolvimento do Terceiro Mundo, tendo em atenção as afinidades e as aspirações comuns e os quase nulos contactos entre a África e a América Latina durante o longo período colonial. Diremos até que cabe um papel específico e importante ao Brasil pela sua vocação histórica e ainda pela sua irmanação linguística com cinco países africanos de expressão portuguesa, colocando-se, como se prevê, em posição especial de mediano nas grandes opções do relacionamento entre a América Latina e a África, considerando o seu estágio de evolução científica e tecnológica, em relação à maior parte dos países do Terceiro Mundo. O Brasil tem, pois, uma mão que pode dar, tem dado e, necessariamente, vai continuar a dar aos seus parceiros que se encontram em vias de desenvolvimento, para que, em mútua correspondência, possam todos caminhar, lado a lado, nesta grande caminhada rumo ao futuro.

3. ASPECTOS MAIS IMPORTANTES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE, À LUZ DO ESTABELECIMENTO DE UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL, NO CONTEXTO DO RELACIONAMENTO AMÉRICA LATINA/ÁFRICA

3.1. *Está assente entre nós que o Desenvolvimento deve visar transformações profundas nos domínios político, social e cultural, em função das legítimas aspirações do nosso povo e sempre em benefício do mesmo.*

O Programa do P.A.I.C.V., a Constituição Política da República e o Programa do nosso Governo, traves mestras da nossa acção interna e externa como Estado, reflectem este nosso conceito de desenvolvimento, aceite e retomado, sempre em termos amplos, versus aos velhos e ultrapassados conceitos e partindo-se do princípio que nunca seremos puros e simples consumidores de coisas, antes se fará tudo para criar o homem novo, fim último dos nossos objectivos de desenvolvimento.

3.2. *O Desenvolvimento de Cabo Verde, baseia-se na autoconfiança, (self-reliance) na libertação da criatividade do seu povo que tem contado, em primeiro lugar, com as suas próprias forças e na solidariedade internacional nesta fase de arranque. A autoconfiança assume entre nós a forma de planeamento do nosso desenvolvimento integral, firmado entre outros princípios na valorização dos nossos recursos naturais e na defesa permanente desse sentido de desenvolvimento que deve constituir, igualmente, responsabilidade solidária de todos os países do Terceiro Mundo.*

Entre nós exprime-se esta auto-confiança ou auto-centramento

pela efectiva participação das massas populares no desenrolar do processo, que vem sendo conduzido sempre com flexibilidade e consistência.

3.3. O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde, (1982/1985) aprovado pela Assembleia Nacional Popular em Dezembro de 1982, considera como principais variáveis económicas:

- a) necessidade de uma política de controlo da população e de reordenamento do território para se equacionar o activo (420.000 h. no ano 2000);
- b) a produção deverá ser orientada, até ao horizonte 2000, mantendo-se uma taxa de crescimento anual da ordem dos 7,6%;
- c) do êxito das duas políticas antes assinaladas depende um terceiro factor que é a política do emprego;
- d) a economia cabo-verdiana deverá ser fortemente orientada em direcção ao exterior (50% produção agrícola e pesca, 2/3 produção industrial);
- e) o desenvolvimento dependerá de uma estrutura financeira de investimentos muito favorável;
- f) mesmo nestas condições a economia cabo-verdiana deverá suportar um período de endividamento equilibrado (1985-1990) para fazer face ao saldo negativo da balança de pagamento;
- g) quanto à estrutura do aparelho produtivo, trata-se de uma concentração de uma boa parte das iniciativas económicas, devendo ser

pela efectiva participação das massas populares no desenrolar do processo, que vem sendo conduzido sempre flexibilidade e consistência.

3.3. O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde, (1982/1985) aprovado pela Assembleia Nacional Popular em Dezembro de 1982, considera como principais variáveis económicas:

a) necessidade de uma política de controlo da população e de reordenamento do território para se equacionar o actual índice de crescimento vegetativo (420.000 h. no ano 2000);

b) a produção deverá ser orientada, até ao horizonte 2000, mantendo-se uma taxa de crescimento anual da ordem dos 7,6%;

c) do êxito das duas políticas antes assinaladas depende um terceiro factor que é a política do emprego;

d) a economia cabo-verdiana deverá ser fortemente orientada em direcção ao exterior (50% produção agrícola e pesca, 2/3 produção industrial);

e) o desenvolvimento dependerá de uma estrutura financeira de investimentos muito favorável;

f) mesmo nestas condições a economia cabo-verdiana deverá suportar um período de endividamento equilibrado (1985-1990) para fazer face ao saldo negativo da balança de pagamento;

g) quanto à estrutura do aparelho produtivo, trata-se da desconcentração de uma boa parte das iniciativas económicas, devendo ser criadas

~~mãos do Estado desde a independência, devendo ser criadas condições~~ para o desenvolvimento de iniciativas não públicas, que se inscrevem na política nacional de desenvolvimento, num esforço colectivo concentrado (cooperativas) ou a partir de iniciativas individuais válidas.

3.4. Situação geo-económica de Cabo Verde

No âmbito da política sectorial ressaltamos a importância das actividades ligadas à posição geo-económica de Cabo Verde, como elo de ligação entre a África e a América Latina, no passado, durante o trato de escravos, do incremento do comércio desencadeado na época e da interpenetração de culturas.

Estando em vias de anulação total as barreiras coloniais que são responsáveis pelo isolamento da África em relação ao resto do mundo, pensamos que já é altura, cuja oportunidade ninguém discute, de se racionalizar, em todos os domínios, a reactivação desse intercâmbio, natural em épocas remotas, interrompido durante séculos de dominação imperialista. Esse intercâmbio assume especial importância no que tange ao relacionamento África/América Latina, pela tipicidade da ^e miscégenação social operada e que está na base da criação das nossas sociedades e, ainda, por um longo período de história comum.